

## Reforma agrária gera polêmica

As tentativas de fazer da reforma agrária um debate ideológico provocaram polêmica no plenário do Senado na sexta-feira. Os senadores Geraldo Melo e

Elcio Alvares consideraram grave que a discussão do tema esteja comprometida por componentes ideológicos. Para o senador José Eduardo Dutra, a questão está realmente sendo ideologizada, mas pelas classes dominantes. O senador Ademir Andrade, por sua vez, disse que o Brasil não pode se considerar democrático enquanto negar aos trabalhadores o acesso à terra. **Páginas 4 e 5**

# Novo diálogo político é proposta de Fogaça

*Senador sugere que governo e suas lideranças no Congresso reflitam em torno da consolidação de um eixo de sustentação parlamentar*

O senador José Fogaça (PMDB-RS) sugeriu sexta-feira ao governo e suas lideranças partidárias uma "reflexão profunda" em busca de um novo diálogo político, que ofereça ao Executivo reais condições para ter uma base de sustentação parlamentar e lhe permita governar e realizar as reformas estruturais do Estado, em um ambiente "multipartidário" que historicamente representa obstáculo para uma operação eficiente em regime presidencialista.

Fogaça destacou a "oportunidade histórica que se abre para o Senado fixar claramente seu papel", no momento em que a instituição é chamada a restabelecer o espírito original da proposta de reforma da Previdência Social, a seu ver desfigurada em votação na Câmara dos Deputados.

Na avaliação do senador, as falhas do diálogo político desenvolvido até agora nada têm a ver com pessoas, e as lide-



José Fogaça

ranças que representam o governo têm méritos reconhecidos. A seu ver, as dificuldades que os regimes presidencialistas enfrentam na articulação de maiorias parlamentares estáveis, dentro de quadros multipartidários, é que estão na raiz dos problemas vividos pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Daí, enfatizou, a absoluta necessidade de uma reflexão profunda sobre a forma e o conteúdo de um novo diálogo

político, que permita a formação de um "eixo central de sustentação parlamentar para o governo".

Em resposta a apertes de Pedro Simon (PMDB-RS), Ademir Andrade (PSB-PA) e José Eduardo Dutra (PT-SE), que apoiaram sua análise, Fogaça concordou com críticas por eles feitas a respeito de "falhas" nos procedimentos e posturas do governo. O diálogo com as centrais sindicais, em que as lideranças políticas foram marginalizadas, foi um exemplo, afirmou.

A dificuldade em explicitar claramente a proposta governamental de reforma da Previdência, situando o alcance estrutural dessas mudanças em um plano que vai além dos interesses de um governo, na opinião de José Fogaça, é outra comprovação da necessidade de se refletir sobre o quadro político e os caminhos que assegurem a sustentação das teses do Executivo.

## NESTA EDIÇÃO

### Dutra quer reforma radical na Previdência

Página 3

### Palmeira defende recurso externo para o Nordeste

Página 7

### Valmir cobra investimento em ciência

O Brasil precisa investir mais em ciência e tecnologia, com prioridade para a saúde e a agricultura, diz Valmir Campelo. **Página 2**

## Elcio acredita que Senado vai "recompôr fratura exposta"

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), afirmou sexta-feira, em entrevista coletiva, que o sentimento dominante no Senado é o da necessidade de "recompôr a fratura exposta" com a decisão da Câmara de rejeitar três dispositivos da

reforma previdenciária proposta pelo governo. "Somos contrários a privilégios", disse.

A decisão da Câmara, conforme disse, preocupa a todos os senadores, inclusive os da oposição. A seu ver, uma pequena minoria utilizou "artifícios regimentais" para preju-

dicar a "marcha legislativa". Quanto às mudanças a serem feitas pelos senadores, o líder do governo avaliou que o relatório do deputado Michel Temer "me parece bem adequado".

Elcio Alvares disse que o governo tem tido "maioria tranqüila" no Senado, mas, acentuou, os partidos do governo não pretendem usá-la "como rolo compressor".

# Valmir cobra mais recursos para a ciência

Senador alerta para necessidade de investimentos públicos e privados, com prioridade para áreas onde a pesquisa trará maiores benefícios, como a saúde e a agricultura

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) afirmou sexta-feira que o Brasil precisa ampliar suas fronteiras científica e tecnológica, e defendeu o aumento na aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento do setor, com prioridade para a saúde e a agricultura. O senador disse que não só o governo federal, mas também a classe empresarial e os governos estaduais devem investir mais em ciência e tecnologia.

Salientando que estaria havendo falta de vontade polí-

tica e de interesse por parte da sociedade, Valmir Campelo acentuou ser necessário "não apenas investir em ciência básica e desenvolver pesquisadores qualificados. É preciso também priorizar áreas onde a pesquisa trará maiores benefícios".

A iniciativa do Ministério da Ciência e da Tecnologia de colocar em prática um projeto que, conforme infor-



Valmir Campelo

mou, aumenta os investimentos no setor, "é um plano ambicioso que deve saltar dos atuais 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB)

para 1,5% em 1999". Ele destacou que a grande competição no mercado internacional poderia servir de incentivo à iniciativa privada.

Valmir Campelo lembrou que, para atrair o aumento dos investimentos de capital privado em pesquisa, a legislação concede incentivos fiscais às empresas do setor de informática e das áreas industrial e agropecuária. Esses segmentos, observou o senador, podem e devem buscar as vantagens oferecidas pelas Leis nº 8.248 e 8.661.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

#### PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A SEMANA

Amanhã (28.05.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Requerimento nº 354/96, solicitando a criação de uma comissão temporária Intema, composta de cinco senadores, para, no prazo de sessenta dias, coletar dados junto às autoridades do estado de Pernambuco e outros setores que entender necessários, sobre a tragédia resultante de serviços de hemodiálise no Instituto de Doenças Renais de Caruaru; \*Requerimento nº 485/96, solicitando seja aditado o pedido de convocação do ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, já aprovado, para prestar esclarecimentos sobre a política de reajuste salarial dos servidores públicos civis e militares, a fim de também prestar esclarecimentos sobre o projeto de reforma administrativa do Estado; \*PDL nº 102/95, que aprova o texto das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio, adotadas em Copenhague, em 25.11.92; \*PDL nº 189/95, que aprova o texto do acordo que autoriza os dependentes dos funcionários acreditados junto às missões diplomáticas e consulares de ambos os países a desempenharem trabalho remunerado, celebrado entre os governos do Brasil e da Venezuela, em Caracas, em 29.07.94; e segundo dia de discussão em segundo turno da \*PEC nº 1/96, que dá nova redação ao inciso II do art. 192 da Constituição Federal, que flexibiliza o monopólio dos resseguros no Brasil.

Quarta-feira (29.05.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: terceiro e último dia de discussão em segundo turno da \*PEC nº 1/96, que dá nova redação ao inciso II do art. 192 da Constituição Federal, que flexibiliza o monopólio dos resseguros no Brasil.

### COMISSÕES

Amanhã (28.05.96)

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

**Pauta:** \*Projeto de Lei do Senado nº 161/95, que altera a Lei nº 8.031/90, e dá outras providências. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLC nº 123/95 (não terminativo), que altera dispositivos da Lei nº 8.436/92, que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes; \*PLC nº 41/91 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção do tra-

balho doméstico; \*PLS nº 229/95 (não terminativo), que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão da Reforma Político-Partidária

**Pauta:** Exposição do governador do Estado do Rio Grande do Sul, Antônio Brito. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão do Corredor Centro-Leste

**Pauta:** Exposições do presidente do Consórcio do Corredor Centro-Leste, Paulo Vivacqua, do diretor de Planejamento e Investimento da Secretaria de Planejamento e Avaliação do Ministério do Planejamento, André Amaral, e do coordenador-geral da área de avaliação da mesma secretaria, Ariel Garcez, respectivamente. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Especial destinada à elaboração dos projetos de lei reguladores do texto constitucional alterado pelas Emendas Constitucionais nºs 5, 6, 7, 8 e 9/95 (Ordem Econômica)

**Pauta:** Exposições do ministro interino das Comunicações, sobre a Emenda nº 8, que trata das telecomunicações; do presidente da Petrobras, Joel Mendes Rennó, sobre a Emenda nº 9, e do vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras - Aepet, Ricardo Moura de Albuquerque Maranhão, sobre a Emenda nº 9. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Quarta-feira (29.05.96)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (extraordinária)

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 253/95 (terminativo), que veda a instalação de juntas de conciliação e julgamento da Justiça do Trabalho em municípios com menos de 200 mil habitantes, e dá outras providências; \*PEC nº 41/95, que revoga o dispositivo que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; e \*PLS nº 190/95 (terminativo), que define o crime de tortura, nos termos do art. 5º, incisos III e XLIII, da Constituição Federal. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quinta-feira (30.05.96)

10h - CPI da Mineração

**Pauta:** Leitura e discussão do relatório final da CPI. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Sociais

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime da previdência social; \*PLS nº 136/95 (terminativo), que dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 234/95 (terminativo), que autoriza o Poder Executivo a criar selo comemorativo ao tricentenário de Zumbi dos Palmares. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

# Dutra defende proposta "mais radical" para a Previdência

*Senador anuncia que apresentará no Senado projeto de deputado petista que acaba com os grandes privilégios nas aposentadorias*

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), anunciou sexta-feira que apresentará, no Senado, a proposta de reforma previdenciária do deputado Eduardo Jorge, que não chegou a ser discutida na Câmara. Trata-se, segundo ele, de uma proposta mais radical que a do governo e, exatamente por isso, com prazos mais dilatados para a acomodação dos diferenciados regimes atuais.

- Espero que o Senado se disponha a fazer uma discussão aprofundada sobre a Previdência - disse, acrescentando que a proposta petista é a de acabar com "os grandes privilégios, não os dos bagrinhos". Para tanto,



**Dutra quer um só sistema de aposentadoria para todos**

ela institui um regime previdenciário oficial único para os setores civil e militar públicos e para o setor privado, até o limite de 10 salários mínimos, informou. Além deste teto, as aposentadorias deverão ser complementadas por planos privados de previdência.

Dutra destacou que a manutenção da aposentadoria

especial dos professores universitários não foi o único privilégio mantido pela Câmara. Para ele, é preciso extinguir também o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), a aposentadoria especial concedida a representantes da Ordem dos Advogados do Brasil na magistratura e proibir o acúmulo de aposentadorias.



**Pedro Piva**

## Piva quer tirar mais recursos de quem fuma e bebe

"Não é justo que toda a sociedade seja privada de melhor atendimento médico por falta de recursos, enquanto são gastos bilhões de reais no tratamento das vítimas do excesso de álcool e fumo", argumentou o senador Pedro Piva (PSDB-SP), ao pedir rapidez na tramitação de projeto de sua autoria que eleva para 20% sobre a venda de cigarros e bebidas alcoólicas a alíquota da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Pedro Piva esclareceu que a sua proposição tem caráter emergencial, podendo vigorar até que se faça uma reforma tributária eficaz para o atendimento das demandas da sociedade por serviços públicos. Para ele, entretanto, a aprovação da medida possibilitará a geração imediata de recursos destinados ao custeio dos serviços de saúde.

- Ressalto que a elevação da taxa da Cofins atinge apenas os consumidores de bebidas alcoólicas e de cigarros, o que é justo, pois são eles que mais contribuem para a elevação dos custos dos serviços de saúde - explicou o senador, observando que os parlamentares poderão aperfeiçoar o projeto e, se considerarem pertinente, até incluir outros produtos supérfluos ou de luxo, "que nada significam para a maioria da população".

## Lúdio pede a inclusão de reforma partidária

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) defendeu sexta-feira a inclusão de uma reforma partidária no conjunto das reformas constitucionais que o governo vem promovendo, a fim de, conforme explicou, permitir um melhor desempenho dos poderes públicos na condução das questões mais importantes para o futuro do País.

Ele lamentou a "distorção" sofrida pela proposta de reforma previdenciária, na Câmara dos Deputados, e manifestou confiança em que os senadores saberão recuperar o espírito da proposta de aprimoramento da

Previdência Social. Lúdio Coelho elogiou o governo Fernando Henrique Cardoso, observando que "o Presidente age com cautela, não devendo sua ação ser confundida com fraqueza".

Na avaliação de Lúdio Coelho, o processo das reformas enfrenta uma "crise de confiança" em razão do comportamento dos deputados na votação da proposta da Previdência. O senador lembrou que os poderes públicos em geral, e os parlamentares em particular, ainda não assimilaram a "nova ordem" nacional, em um ambiente de inflação quase inexistente. No próprio Se-



**Lúdio Coelho**

nado, disse Lúdio, essa constatação é feita a partir das resistências dos parlamentares em aceitarem votar projetos de rolagem de dívidas estaduais que sejam inferiores a 100 por cento.

# Melo pede debate da reforma sem demagogia

*Senador sugere execução de uma política agrícola capaz de atender os que já são pequenos proprietários de terra e aqueles que vierem a receber propriedades*



Romero Jucá

## Jucá aponta desvio de verba de assentamentos

O senador Romero Jucá (PFL-RR) denunciou sexta-feira a ocorrência de desvio de dinheiro destinado pelo Incra à reforma agrária em Roraima. Ele pediu ao ministro extraordinário da Reforma Agrária, Raul Jungmann, que oriente a direção da autarquia no sentido de investigar se essas irregularidades não têm acontecido em outros estados.

Dizendo-se favorável aos métodos que o governo vem empregando para fazer a reforma agrária no País, Jucá ressaltou, no entanto, que em sucessivas viagens ao interior de Roraima pôde constatar uma série de distorções nos procedimentos administrativos do Incra no estado.

Entre as irregularidades, ele citou a contratação de "construtoras de pasta", ou seja, empresas que não possuem sequer um trator, para fazerem a pavimentação de estradas vicinais.

Romero Jucá também referiu-se ao caso de ocupantes de assentamentos que estão assinando recibos no valor de R\$ 2.640,00, quando na verdade vêm recebendo em ajuda de custo apenas R\$ 840,00. "Isto é roubo, e para quem será que está indo esta diferença?", perguntou.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) defendeu sexta-feira a execução de uma política agrícola capaz de atender os que já são pequenos proprietários de terra e aqueles que vierem a receber propriedades numa reforma agrária. O parlamentar considerou grave a inexistência dessa política agrícola e disse considerar ainda mais grave que a discussão da reforma agrária esteja comprometida por componentes ideológicos e demagógicos.

- Não se mata a fome de ninguém com discurso, nem com passeata na Esplanada dos Ministérios, porque não há possibilidade de se botar feijão na mesa se ele não for plantado - afirmou Melo.

O parlamentar sustentou que nenhum homem público tem o direito de ser indife-



Geraldo Melo: não se mata a fome com discurso

rente à reforma agrária, mas pregou o entendimento de que os interesses de grandes proprietários de terra são legítimos e de que eles estão dando sua contribuição ao País. Geraldo Melo defendeu a atualização da legislação fundiária brasileira, mas ressaltou que essa mudança não poder ser feita com violência.

- É inadmissível qualquer mudança que passe por cima

da lei, e esse não pode ser o caminho de ninguém que tenha assento neste plenário, de quem tenha jurado defender a Constituição Federal e as leis do País - afirmou.

Na opinião do senador, se

o governo pretende transformar o sem-terra num pequeno proprietário rural, é fundamental que estabeleça uma política agrícola capaz de dar assistência a esse novo proprietário e também aos que já estão lutando para sobreviver em sua pequena propriedade. Ele considerou injusto que a reforma agrária atenda só ao novo proprietário.

## Dutra acusa classe dominante de ideologizar questão

Em aparte a Geraldo Melo, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que a classe dominante brasileira, ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos, não tem interesse num projeto nacional.

- Quem ideologizou a reforma agrária no Brasil foi a classe dominante, porque noutros países que fizeram reforma fundiária isso foi encarado como elemento inerente ao capitalismo, como instrumento de desenvolvimento da nação - retrucou.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) estranhou que Geraldo Melo não tenha mencionado o que ele considera altamente relevante nessa questão - a decisão das Forças Armadas em doar vastas extensões de terra para a re-

forma agrária.

- É um gesto espetacular esse de o ministro do Exército assinar a entrega dessa enorme área. E 300 técnicos daquele ministério vão fazer a demarcação e entregar as áreas para o governo federal. Eu me emociono - disse o parlamentar.

O senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) lamentou que se procure transmitir à Nação a idéia de que o proprietário rural é um criminoso. Ele explicou que toda a população brasileira defende a reforma agrária, mas não aceita a destruição da estrutura fundiária existente.

- Querem um país democrático e capitalista na área urbana, e comunista na área rural - disse ele.

O líder do governo, Elcio

Alvares (PFL-ES), se disse preocupado com a radicalização do debate em torno da reforma agrária e criticou um programa veiculado na televisão, em seu estado, no qual foram apresentados depoimentos de pessoas que defendiam a luta armada pela divisão da terra.

O senador Romero Jucá (PFL-RR) disse que, por mais feliz que seja a decisão do Ministério do Exército em doar terras, esse é um esforço isolado que não resolve o problema da reforma agrária no Brasil. É o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também afirmou que não é possível fazer reforma agrária ao arripio da lei.

- Esse assunto não pode ser resolvido no grito - disse ele.

# Programa de TV sobre sem-terra gera polêmica

*Elcio condena documentário da TV Educativa do Espírito Santo por "pregar" luta armada. Dutra responde que "anacrônicos da política" existem tanto na esquerda quanto na direita*

Um documentário apresentado pela TV Educativa do Espírito Santo, há duas semanas, onde trabalhadores sem-terra do estado defendem a luta armada para resolver problemas agrários, gerou um debate em plenário na sexta-feira entre os líderes do PT, José Eduardo Dutra (SE), e do governo, Elcio Alvares (PFL-ES).

"Fiquei assustado. De seis ou sete entrevistados, quatro pregaram a luta armada de maneira aberta", disse Elcio. Depois de lembrar que a TVE do Espírito Santo é controlada pelo governador Vítor Buaziz, do PT, o líder do governo afirmou que o Brasil "tem uma ordem jurídico-constitucional e não se pode admitir, de maneira alguma, que haja qualquer incitamento à quebra das normas mais comuns do estado de direito".

## RELACIONAMENTO

Elcio Alvares disse ainda que mantém bom relacionamento com o governador Vítor Buaziz e considera "notável o trabalho realizado no Congresso pelo PT e outros partidos de oposição".

O líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), explicou que se tratava de "uma matéria jornalística divulgada por uma emissora educativa que, por acaso, está sendo administrada pelo governo do PT". Dutra afirmou também que "a Rede Globo já editou matéria da mesma natureza, na qual pessoas fazem apologia da luta armada, e ninguém insinuou que a Globo defendia a luta armada". Para o líder do PT, Elcio Alvares sabe que "nem passaria pela cabeça do governador Vítor Buaziz defender a luta armada".

## ANACRÔNICOS

Em novo pronunciamento, feito logo em seguida ao de



Elcio não admite pregação da luta armada

Elcio, José Eduardo Dutra lamentou a tentativa de fazer a vinculação, "embora sub-

reptícia", entre a posição de seu partido e "ações daqueles que têm visão diferente da política".

Dutra disse que os defensores da luta armada vão continuar existindo no Brasil, como existem nos Estados Unidos

e na França e em outros países. "São anacrônicos na política, que mantêm essas vi-

sões, a meu ver ultrapassadas, que se chocam com a democracia", acrescentou.

Segundo Dutra, existem também, filiados a partidos de direita, aqueles que defendem o retorno da ditadura, o fechamento do Congresso, "a teoria segundo a qual se deve voltar a outros tempos".

Dutra afirmou que costuma chamar esses setores de "desvio-padrão da sociedade": não estão de acordo com a maioria da população, nem dos partidos que se propõem a participar do jogo democrático, como o PT.

## Para Ademar, Brasil não tem uma democracia autêntica

O líder do PSB, senador Ademar Andrade (PA), disse sexta-feira no plenário que não se pode falar em democracia real num país como o Brasil, porque, enquanto empreiteiras e banqueiros detêm grandes propriedades rurais, trabalhadores sem-terra lutam pelo direito de terem uma pequena área para plantar. A afirmação foi feita após debate entre os senadores Geraldo Melo (PSDB-RN), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Elcio Alvares (PFL-ES) sobre a questão agrária do País.

- A democracia existe quando existe o acesso à informação, quando o cidadão é capaz de discernir entre o que é bom e o que é ruim para ele. Infelizmente, não existe democracia nem na distribuição dos meios de comunicação, que vivem ensinando ao povo brasileiro que política é coisa de corrupto e de safado - disse Ademar Andrade, acrescentando que a "democracia exis-



Ademar faz crítica às desigualdades

te quando existe respeito ao direito do povo".

Segundo Ademar Andrade, o que se tem é uma democracia formal, não uma democracia real, porque no Brasil não se faz a vontade da maioria. "Se democracia existisse em nosso país, não haveria as diferenças salariais astronômicas", afirmou.

O senador disse que a concentração de grande quantidade de terras nas mãos de poucos, as diferenças salariais e sociais e a impunidade nos cri-

mes do colarinho branco evidenciam que o Brasil ainda tem muito a percorrer para alcançar uma democracia verdadeira.

Ademar Andrade afirmou que, em razão de informações difundidas pelos meios de comunicação e assimiladas pela população, grande parte dos brasileiros entende que só há

política nas vésperas da eleição, e vota no cidadão que lhe prestou um benefício qualquer em determinado momento de dificuldade. Por isso, observou, muitos "votam num cidadão que não sabem quem é, nem a qual partido pertence e qual é o seu projeto político. E essas pessoas vêm para o Congresso Nacional defender essa democracia que os senadores Elcio Alvares e Geraldo Melo estão defendendo. Isso não é democracia", disse o líder do PSB.

# Cabral destaca integração do Brasil à comunidade andina

*Empresas brasileiras privadas e públicas serão beneficiadas em projetos de cooperação técnica no âmbito da CAF, diz senador*

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou sexta-feira a importância de o Senado ter aprovado na quinta-feira o convênio que assegurou a participação do Brasil como acionista da Corporação Andina de Fomento (CAF), que tem como membros Colômbia, Peru, Venezuela, Bolívia, Equador, Chile, México e Trinidad e Tobago.

A condição de integrante da CAF dá ao Brasil o direito de obter cooperação técnica, financiamento de projetos de integração e linhas de crédito destinadas a incrementar o comércio exterior entre os países membros da corporação, explicou.

- O governo brasileiro e em-



Cabral: recursos para pavimentar a rodovia Manaus-Boa Vista

presas públicas e privadas passarão a beneficiar-se de cooperação técnica e financeira para projetos que promovam a integração com a região andina - disse Bernardo Cabral, acrescentando que o acordo ocorre num momento

em que já se encontra em fase avançada de entendimentos o projeto de pavimentação da BR-174 (Manaus-Boa Vista) que, conforme assinalou, já contará com recursos da Corporação Andina de Fomento.

# Marluce diz que energia da Venezuela é a solução mais viável para Roraima

"Resolver o problema energético de Roraima é restabelecer seu direito de igualdade com os demais estados da Federação", afirmou a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), ao pedir ao presidente da República que

concretize a interligação energética entre o Brasil (Manaus) e a Venezuela (Ciudad Bolívar), por meio da construção da linha de transmissão Guri.

A senadora estranhou que, justamente agora, "quando surge ampla e iluminada solução de alta economicidade" para as questões de energia na região, a Petrobras tenha proposto a utilização do gás de Urucu como combustível nas usinas termoelétricas do Ama-



Marluce quer energia mais barata em Roraima

zonas e de Roraima.

Marluce Pinto explicou que a energia elétrica consumida em Roraima custa aproximadamente 150 reais o kw/h, chegando a ter valor maior em Manaus. A Venezuela pode fornecê-la "por um preço inferior a R\$ 30,00", com benefícios evidentes para o desenvolvimento regional, disse. Conforme lembrou, tanto Fernando Henrique Cardoso quanto o presidente da Venezuela, Rafael Caldera, re-

conheceram recentemente ser necessário promover essa interligação.

- No momento em que se entreabre uma oportunidade dessa natureza, de solução imediata e definitiva para a região, entra a Petrobras, permeando as negociações,

com a proposta do gás de Urucu - observou a senadora, questionando as razões que levaram a estatal brasileira a, somente agora, apresentar a idéia. Marluce Pinto também acha pertinente que a Petrobras esclareça qual o custo do *kilowatt* hora a ser produzido pelas usinas movidas a gás e quanto tempo será necessário para que essa solução possa ser viabilizada. "Dois anos? Vinte anos?", perguntou.

## SAÚDE EM CRISE

### Ademir pede recursos para hospital do PA

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu sexta-feira aos ministros da Saúde, Adib Jatene, e da Educação, Paulo Renato, que adotem providências para solucionar a grave crise financeira enfrentada pelo hospital Barros Barreto, no Pará. A instituição, que já foi um centro de referência internacional no combate às doenças tropicais, está prestes a fechar as portas, por falta de recursos, disse ele.

Com 1.125 funcionários e 309 leitos, toda a capacidade de atendimento do hospital, segundo o senador, está comprometida, já que a única fonte de receita própria advém do SUS (Sistema Único de Saúde), e a Universidade Federal do Pará, encarregada de sua administração, não tem investido o suficiente.

O senador considerou inexplicável que a universidade tenha recebido, do Orçamento da União para 1996, 35% do total dos recursos destinados ao Pará, num montante de R\$ 236 milhões, enquanto os recursos destinados ao SUS no estado tenham-se limitado a R\$ 201 milhões.

# Palmeira cobra investimento no Nordeste

*Senador critica programa de ações do governo federal e reclama providências urgentes a fim de tornar a região um mercado atraente para o capital estrangeiro*



Antonio Carlos Magalhães: comenda pela luta em favor da cultura na Bahia

## Jucá elogia escolha para Eletronorte

O senador Romero Jucá (PFL-RR) congratulou o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, pela nomeação do engenheiro José Antonio Muniz para a presidência da Eletronorte.

- José Antonio Muniz assume a Eletronorte como uma solução técnica apontada pelo setor elétrico e também em virtude do seu currículo e história de vida - disse o senador, referindo-se aos cargos que o engenheiro já ocupou naquela estatal e no Ministério de Minas e Energia.

Para Jucá, em virtude da competência de José Antonio Muniz e do apoio que receberá das bancadas dos estados do Norte no Congresso, ele terá todas as condições de bem conduzir a Eletronorte e solucionar os problemas daquela região.

## ACM recebe comenda da Ordem do Mérito Cultural

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) recebeu no dia 23, do ministro da Cultura, Francisco Weffort, a Ordem do Mérito Cultural. O ministro destacou a luta que o senador vem desenvolvendo em prol da cultura na Bahia, citando a recuperação do conjunto arquitetônico do Pelourinho e a restauração do Teatro Castro Alves e do Mosteiro de São Bento, todos em Salvador. Ao agradecer, Antonio Carlos Magalhães ressaltou a importância das ações de Weffort na proteção do patrimônio cultural do Brasil.

Estiveram presentes à cerimônia o presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, os senadores Romeu Tuma, Waldeck Ornelas e Josaphat Marinho, e os deputados Félix Mendonça, José Carlos Aleluia, Manoel Castro, José Tude, José Rocha, Urcisino Queiroz, Roland

Lavigne, Aroldo Cedraz, Eujácio Simões e Cláudio Cajado, entre outros. Também compareceram o secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, José Luís Peres Garrido, o chefe de gabinete do ministro Raimundo Brito, Joaquim Cruz Rios, o ex-deputado Djalma Bessa e vários funcionários do Senado Federal, além de outros amigos e colaboradores.

A Ordem do Mérito Cultural tem suas raízes em Castela, na Idade Média. Foi transformada em ordem portuguesa, por bula papal, em 1320. Chegou ao Brasil com as mesmas aplicações (premiação por "serviços relevantes"), e em 1862 passou a premiar os que se distinguem nas artes, letras e ciências. Com a República caiu em desuso, mas foi reintroduzida no rol das comendas por iniciativa do presidente Fernando Henrique,

Ações efetivas urgentes e amplas para tornar o Nordeste um mercado competitivo e atraente para os investidores externos foram reclamadas pelo senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), que considerou pouco eficazes as medidas recomendadas no documento final retirado da reunião realizada no Ministério do Planejamento e Orçamento sobre as ações prioritárias do governo federal para aquela região.

Segundo o senador, as iniciativas relacionadas no documento fundamentam-se "num modelo esgotado, que não produziu os efeitos desejados, nem cumpriu as expectativas de reversão do quadro histórico com que a região se defronta há décadas".

- Guardamos a reformulação dos critérios que mantêm a maioria dos estados nordestinos como espectadores passivos do surto de desenvolvimento por que passa o Brasil - disse o senador, ao observar que nas ações programadas "não há uma palavra sobre a viabilidade de investimentos privados que estão afluindo ao País, mas que jamais chegaram à região".

Guilherme Palmeira lamentou que Alagoas não tenha sido contemplada com ações para beneficiar o setor sucroalcooleiro, que, conforme disse, continua em crise. "Como o maior absorvedor de mão-de-obra do estado, suponho que esse setor merecia algo mais do que o silêncio absoluto", afirmou o senador, que pediu também melhor cumprimento do calendário agrícola na destinação de recursos para o financiamento das safras no estado.



Palmeira

# Projeto garante manutenção de contrato de imóvel

Segundo a proposta de Júlio Campos, única mudança na transferência de financiamento junto ao SFH será do nome do proprietário. Prestações e prazo permanecem inalterados



Gerson Camata

## Camata quer instituir dia do imigrante italiano

O Dia Nacional do Imigrante Italiano será comemorado anualmente, em todo o País, em 21 de fevereiro, se aprova o projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES), que pretende, dessa forma, homenagear os que, "vindo de terras tão distantes", contribuíram com seu trabalho para a construção do País.

Gerson Camata explicou que em 21 de fevereiro de 1874 chegaram a Vitória (ES) os primeiros imigrantes italianos, arrematados pelo empresário Pietro Tabacchi, que viajou à Itália "a fim de selecionar e contratar gente laboriosa e própria para a lavoura".

- Famílias inteiras deixaram seus sonhos, seus amigos, seus vizinhos na velha Itália e vieram em busca de novos horizontes - lembra o senador na justificação do projeto, destacando que os imigrantes trouxeram para cá seus hábitos e costumes, a religiosidade, a formação psicossocial e moral "que enriqueceram sobremaneira a cultura brasileira".

## Capital paulista também se liga à TV Senado

Desde a quarta-feira os paulistanos têm à sua disposição as imagens da TV Senado, o que vai permitir que cada eleitor possa acompanhar mais atentamente os trabalhos dos integrantes da bancada do seu estado. São Paulo é, assim, a quinta capital importante que entra no alcance direto da TV Senado. A primeira foi Brasília, seguida de Curitiba,

Florianópolis e Belo Horizonte.

Em São Paulo, a TV Senado é sintonizada pelo canal 6 da Net, pelo canal 14 da Multicanal e pelo canal 64 da TVA. Várias outras cidades deverão estar em condições de sintonizar a TV Senado nos próximos dias.

Confira os canais já disponíveis em todo o País para sintonizar a TV Senado:

Cidade	Operadora	Canal
Brasília	Net	53
Belo Horizonte	Multicanal	41
Curitiba	Net	35
Florianópolis	Multicanal	43
Franca (SP)	Net	9
Jundiaí (SP)	Net	5
Piracicaba (SP)	Net	30
Santos (SP)	Multicanal	14
São Carlos (SP)	Net	6
São Paulo	Net	6
São Paulo	Multicanal	14
São Paulo	TVA	64

O plenário do Senado deve votar nesta semana projeto de lei do senador Júlio Campos (PFL-MT) que garante a manutenção



Campos

das condições de financiamento do SFH na transferência de imóvel para novo proprietário. A atual legislação permite que, ao se fazer a transferência do financiamento, seja recalculado o saldo devedor, gerando prestações mais altas e até aumento do prazo do empréstimo.

Júlio Campos justifica seu projeto afirmando que, por causa das atuais condições, muitos negócios deixam de ser realizados. Às vezes, o comprador consegue convencer o vendedor a assinar um "contrato de gaveta", com riscos para o adquirente. O "contrato de gaveta" é um documento particular entre os dois negociadores, sem que haja, junto ao agente financeiro, mudança do nome do dono do imóvel.

Pelo projeto, quando um imóvel financiado for vendido, a única mudança será do nome do proprietário, permanecendo o valor da prestação e o prazo do empréstimo. "É preciso encontrar uma solução e, a meu ver, o melhor caminho é assegurar aos novos compradores as condições, direitos e obrigações previstos no contrato inicial", afirma Júlio Campos.

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
 2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
 2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
 4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna  
 ■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
 ■ Editores - Djálba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
 Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral  
 ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal